



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026

CREDENCIAMENTO Nº 00002/2026 - LEI 14.133/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO/PB, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, QUE REALIZARÁ PROCEDIMENTO AUXILIAR DE LICITAÇÃO, COM PROCEDIMENTO DE **CREDENCIAMENTO**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006; DECRETO FEDERAL Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73 SEGES/ME, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022; E LEGISLAÇÃO PERTINENTE, CONSIDERADAS AS ALTERAÇÕES POSTERIORES DAS REFERIDAS NORMAS, E AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E DEMAIS LEGISLAÇÃO, SOB AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ATO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

TIPO: Credenciamento – Inexigibilidade de licitação

JULGAMENTO: por lote

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, pelo regime de tarefas

SESSÃO PÚBLICA: receberá a partir de **01 DE ABRIL DE 2026 ATÉ 16 DE ABRIL DE 2026**, para contratação **IMEDIATA**.

HORÁRIO: sessão pública as 10:00h do dia 16/04/2026 - horário de Brasília

ENDEREÇO: www.licitanet.com.br

1.0. PREÂMBULO

1.1 O Presente Edital terá validade de 12 (doze) meses, contando a partir da data da primeira publicação. Ultrapassando o prazo descrito no acima exposto, os interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de vagas, necessidade e conveniência do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

1.2 Poderão ser credenciados a qualquer tempo, durante a validade do chamamento, quaisquer interessados, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no item 4.0 deste edital, ou seja, o credenciamento estará permanentemente aberto aos interessados, contudo, após efetiva contratação do quantitativo total dos procedimentos listados no Termo de Referência, a contratação apenas ocorrerá na hipótese comprovada de efetiva necessidade por parte do município.

1.3 OBS: as perícias e prestação de serviços, deverão ser executados na sede do município, ou seja, presencialmente no prédio da prefeitura Municipal de Juazeirinho-PB.

1.3.1 O presente critério visa atender o interesse público com o menor dispêndio de recursos possível, e se justifica visando se não onerar os municípios com diversas despesas inerentes, tais como: deslocamentos, alimentação, etc., tendo em vista que, quanto maior a distância de deslocamento, maior o dispêndio de recursos públicos, situação em que a localização geográfica é indispensável à eficiência da execução do contrato, estando em consonância com o princípio da economicidade, eficácia e eficiência para a atuação administrativa.

2.0. DO OBJETIVO PREÂMBULO

2.1 O presente Credenciamento tem como objetivo o: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA E AVALIAÇÃO MÉDICA DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

3.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E GERAIS

3.1 Poderão participar deste credenciamento as empresas interessadas. A participação neste credenciamento implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes neste instrumento:

- a) Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação/credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;
- b) Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;
- c) Será admitida a participação neste credenciamento, de apenas uma Empresa por CNPJ (seja matriz ou filial, poderá se credenciar apenas uma vez), possibilitando assim a distribuição igualitária entre as empresas credenciadas.

3.2 Não poderão participar do presente chamamento pessoas físicas e/ou jurídicas que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

- a) Estejam com seus cadastros cancelados, suspensos e/ou que tenham sido declarados impedidos de se cadastrarem ou contratarem com a Administração Pública, enquanto durar o impedimento;
- b) Tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) Cuja falência tenha sido declarada, em concurso de credores, em dissolução, em liquidação e em consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) QUE TENHAM O MESMO RESPONSÁVEL TÉCNICO E/OU PROFISSIONAIS MÉDICOS INDICADOS POR OUTRA EMPRESA QUE ESTEJA PARTICIPANDO DA MESMA LICITAÇÃO.
- e) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- f) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- g) Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- h) Que estejam sob regime de concordata, recuperação judicial ou sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- i) O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.
- j) Não será permitida a participação de sociedades cooperativas
- k) Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição;
- l) Não possuir antecedentes criminais, achando-se os profissionais e representantes legais da empresa no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

3.3 O Termo de Credenciamento terá vigência limitada à vigência do Edital de Credenciamento.

3.4 Caso sejam CREDENCIADOS mais de um interessado para cada item, a quantidade de serviços será dividida/rateada entre todos os CREDENCIADOS em partes iguais.

3.5 A Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

3.6 As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas neste regulamento, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas.

4.0. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E RECURSOS.

4.1 ESCLARECIMENTOS:

4.1.1 Após a publicação do Edital de Credenciamento, fica concedido prazo para pedidos de esclarecimento ou impugnação ao Edital, os quais deverão ser solicitados, motivadamente, a qualquer tempo, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados.

4.2 IMPUGNAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

4.2.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da solicitação de esclarecimento/impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados.

Os pedidos de impugnação e esclarecimentos poderão ser ofertados pelo sítio <https://licitanet.com.br> ou protocolizados na sede do município, localizado na Rua Carlos Alberto Fernandes Cordeiro, 55, Centro, Juazeirinho - PB.

4.3 RECURSOS:

4.3.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

4.3.2 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

4.3.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante;

4.3.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

4.3.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

4.3.6 Prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

4.3.7 As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

4.3.7.1 Em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3.9 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

4.3.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

4.3.11 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

4.3.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

4.3.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

4.3.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio:
<https://licitanet.com.br/>

5.0. DO CREDENCIAMENTO

5.3 O credenciamento é o nível básico de cadastro no ORC, que permite aos interessados regularmente cadastrados, acesso ao sistema eletrônico utilizado e a participação em qualquer CREDENCIAMENTO, na sua forma eletrônica, promovido pelo órgão, e ocorrerá pela atribuição de "senha" pessoal. Todo o procedimento necessário para realizar o credenciamento, também está disponível no endereço: <https://licitanet.com.br>.

5.4 O credenciamento junto ao ORC para participação deste CREDENCIAMENTO, implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

5.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido da referida "senha" de acesso, ainda que por terceiros.

6.0. DA HABILITAÇÃO

6.1 Para habilitar-se ao credenciamento, o interessado deverá requerê-lo através de carta-proposta junto a Prefeitura Municipal de Juazeirinho-PB, declarando conhecer e concordar com os termos do Edital, apresentando a seguinte documentação.

6.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (REGULARIDADE JURÍDICA):

6.2.1 Cédula de identidade ou outro documento equivalente do (s) representante (s) legal (is);

6.2.2 Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

6.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com sua última alteração, devidamente registrado e de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que

6.2.4 Inscrição no Registro de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

6.2.5 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício

6.2.6 Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

6.2.7 Ata de Fundação

6.2.8 Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou

6.2.9 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da Assembleia que os aprovou

6.2.10 Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias;

6.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.3.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

6.3.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

6.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014);

6.3.4 Prova de regularidade para com a Receita Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

6.3.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

6.3.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

6.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e,

6.3.8 Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial, bem como, no caso de contratação de pessoa (s) física (s), demonstrar a existência de vínculo empregatício com anotação na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) e da regularidade dos recolhimentos inerentes (Exemplo: INSS).

6.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

6.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

6.5 DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

6.5.1 Apresentar Licença de funcionamento da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, na impossibilidade, comprovar a protocolização, junto ao órgão competente, do requerimento para fins de efetivação da inscrição retro delineada.

6.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

6.6.1 Comprovação de capacidade técnico-profissional, através da apresentação de profissional com qualificação técnica compatível com o objeto contratado, devendo o mesmo ter vínculo com a empresa licitante, comprovando-se da seguinte forma:

- a) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;
- b) Diretor: Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade autônoma;
- c) No caso de vínculo empregatício: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o nº do registro, qualificação civil ou contrato de trabalho em vigor, com a última alteração de salário;
- d) No caso de profissional autônomo contratado, contrato de prestação de Serviço firmado pelas partes.

6.6.2 O referido profissional indicado pelo licitante deverá participar da execução dos serviços, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ORC.

6.6.3 O licitante poderá apresentar mais de um profissional e atestado para comprovação da sua capacidade técnica profissional.

6.6.4 Os licitantes que venham a apresentar o mesmo Profissional para comprovação da capacidade técnica profissional serão automaticamente inabilitados.

6.6.5 O Profissional deverá ter Diploma do curso superior em Medicina reconhecido pelo MEC, com RQE em medicina do trabalho.

6.6.6 Cópia da carteira profissional do responsável técnico da empresa e comprovante de regularidade de ambos junto ao conselho.

6.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA PESSOA JURIDICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

6.7 Apresentar pelo menos (01) um atestado de capacidade técnica, emitida (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado; comprobatórios da aptidão da empresa participante para prestação dos serviços objeto da contratação.

6.8 DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

6.8.1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; Anexo III.

6.8.2 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do envio das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021; Anexo III.

6.8.3 Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal; Anexo III.

6.8.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no (art. 156, §5º, da Lei 14.133), conforme Anexo III.

7.0. DAS DILIGÊNCIAS

7.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.2 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.3 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.4 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital

7.5 8 O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.0. DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

8.1 A proposta de credenciamento compreende na apresentação do requerimento para Cadastramento (Anexo II), que deverá ser impressa em papel com a identificação da empresa interessada, em 01 (uma) via, redigida em português, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo responsável legal da proponente, devendo conter a Razão Social, Endereço completo, CEP, Telefones, Fax, E-mail caso haja, e número do CNPJ.

8.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no ITEM 6 neste Edital, PROPOSTA com a descrição do objeto ofertado e os preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente essa etapa de envio da referida documentação.

8.3 Os documentos exigidos no Item 6, bem como o Requerimento para Credenciamento, deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico.

8.4 O envio da proposta, (Anexo II) acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de "senha" de acesso ao sistema eletrônico.

8.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do CREDENCIAMENTO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6 A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS DE JUAZEIRINHO, através da Comissão do Setor de Licitação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

8.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.8 A apresentação da proposta de credenciamento implica na plena concordância e aceitação dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive com relação ao preço estipulado pela Administração para a prestação dos serviços constantes do Anexo I, parte integrante deste processo.

8.9 Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília – DF.

9.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos neste Edital, PROPOSTA com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente essa etapa de envio da referida documentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

9.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de "senha" de acesso ao sistema eletrônico.

9.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei 123/06.

9.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da comissão e para acesso público após o encerramento.

9.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.8. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília – DF.

10.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1 O licitante deverá enviar sua PROPOSTA mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

10.2 Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

10.3 Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

10.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

10.5 Será cotado um único preço para cada lote, com a utilização de duas casas decimais.

10.6 A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

10.7 A indicação de "SERVIÇO" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso dos serviços executados pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

10.8 O envio eletrônico da proposta corresponde à declaração, por parte do licitante, que cumpre plenamente os requisitos definidos para Habilitação, bem como de que está ciente e concorda com todas as condições contidas neste Edital e seus anexos.

10.9 No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

10.10 O preço ofertado, tanto na proposta inicial, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.11 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta correspondente, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

11.0. DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

11.1 A proposta de credenciamento compreende na apresentação e envio, conforme (Anexo II), que deverá ser enviada, para o <https://licitanet.com.br>: em papel timbrado, com a identificação da empresa interessada, em 01 (uma) via, redigida em português, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo responsável legal da proponente, devendo conter a Razão Social, Endereço completo, CEP, Telefones, Fax, E-mail caso haja, e número do CNPJ.

11.2 Os documentos exigidos no item 6, bem como, o Requerimento para Credenciamento (Anexo II), deverão ser enviados para o <https://licitanet.com.br>:

11.3 A Prefeitura Municipal de Juazeirinho-PB, através da Comissão Permanente de Licitação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

11.4 A apresentação da proposta de credenciamento implica na plena concordância e aceitação dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive com relação ao preço estipulado pela Administração para a prestação dos serviços constantes do Anexo I, parte integrante deste processo.

12.0. DA CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO

12.1 O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de Credenciamento será julgado habilitado na pré-qualificação e, portanto, credenciado neste município, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou, com vigência igual à do referido edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

12.2 Durante a vigência do edital de Credenciamento, incluída as suas republicações, a contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado.

12.3 O credenciamento não estabelece qualquer obrigação com a Prefeitura Municipal de Juazeirinho em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o Município poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

13.0. DO DESCRENCIAMENTO E PENALIDADES

Ocorrerá o descredenciamento quando:

- a) A Prefeitura Municipal de Juazeirinho, subsidiada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas, poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for
- b) Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 01 (um) mês serão descredenciados
- c) Houver recusa injustificada do CREDENCIADO em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido;
- d) O CREDENCIADO declarar informação falsa ou que não puder ser comprovada através de documentos;
- e) A pedido da CREDENCIADA,

13.1 descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla à credenciada, das sanções de acordo com a Lei 14.133/2021.

13.2 O pedido de descredenciamento não desincumbe a CREDENCIADA da obrigação de cumprir os eventuais serviços já requisitados pelo município e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial).

14.0. DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

14.1 Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

15.0. DA CONTRATAÇÃO

15.1 Os serviços prestados serão contratados por meio de CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, onde se estabelecerão com clareza e precisão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conforme minuta constante do Anexo IV deste edital;

15.2 O prazo do contrato será estipulado de acordo com os preceitos legais, porém, determinado em função das reais necessidades dos serviços, podendo ser prorrogado conforme preceitua a Lei 14.133/21.

15.3 São de inteira responsabilidade do (a) Contratado (a) todas as obrigações pelos encargos previdenciários fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do Contrato e previstos em lei.

15.4 O (a) contratado (a) é responsável pelos danos causados, diretamente a Prefeitura Municipal de JUAZEIRINHO-PB, e seus beneficiários, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

15.5 Concluído e ratificado o Credenciamento, os CREDENCIADOS serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021.

15.6 (a) contratado (a) se compromete a assinar o contrato, no prazo de 05 (CINCO) a contar da notificação através de correio eletrônico, ou notificação na imprensa;

15.7 A não assinatura do Contrato no prazo estabelecido poderá ser entendida como recusa injustificada e poderá ensejar a convocação dos próximos CREDENCIADOS, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos e na legislação que disciplina a matéria.

15.8 A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes ou quaisquer outros;

16.0. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

16.1 Havendo mais de um credenciado para a prestação dos serviços. O critério de distribuição de demanda será o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do CREDENCIADO está a cargo do beneficiário direto da prestação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

17.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Compete ao CONTRATADA:

17.1. Executar os serviços de perícia e avaliação médica de forma contínua, eficiente e em estrita observância às normas técnicas, éticas e legais aplicáveis à atividade médica.

17.2. Disponibilizar profissionais médicos devidamente habilitados, registrados no Conselho Regional de Medicina – CRM, com qualificação compatível com a natureza dos serviços prestados.

17.3. Realizar perícias médicas, avaliações clínicas e emissão de laudos, pareceres e relatórios médicos sempre que solicitados pela Administração Municipal, dentro dos prazos estabelecidos.

17.4. Garantir a imparcialidade, sigilo e confidencialidade das informações médicas e pessoais obtidas no exercício das atividades periciais, observando a legislação vigente, inclusive as normas de proteção de dados e ética médica.

17.5. Elaborar e entregar laudos periciais claros, objetivos e fundamentados tecnicamente, contendo conclusão quanto à aptidão ou incapacidade laboral, quando aplicável.

17.6. Atender às demandas encaminhadas pela Administração Municipal, observando a agenda, prazos e quantitativos definidos pelo órgão contratante.

17.7. Manter equipe técnica suficiente para garantir a regular execução dos serviços, substituindo imediatamente qualquer profissional que venha a ser considerado inadequado pela Administração.

17.8. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.

17.9. Comunicar imediatamente à Administração Municipal qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

17.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

17.11. Disponibilizar, quando solicitado, relatórios periódicos das atividades realizadas, contendo número de perícias efetuadas, tipos de avaliação e demais informações pertinentes à gestão do contrato.

17.12. Cumprir todas as determinações da Administração Municipal relativas à execução do objeto contratual.

18.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

18.1. Compete A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO-PB:

18.1. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, disponibilizando informações, documentos e acesso aos processos administrativos que demandem perícia e avaliação médica;

18.2. Indicar servidor ou setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

18.3. Encaminhar à Contratada, de forma organizada e com antecedência razoável, as demandas de perícia e avaliação médica, contendo as informações necessárias para a realização dos serviços;

18.4. Disponibilizar o local adequado para a realização das avaliações e perícias médicas, ou informar previamente o local onde deverão ser realizadas;

18.5. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidade verificada na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências necessárias à sua correção;

18.6. Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços efetivamente prestados, nos prazos e condições estabelecidos no contrato;

18.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

18.7. Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela Contratada e que sejam necessários à execução dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

18.8. Aplicar, quando cabíveis, as penalidades previstas no contrato e na legislação pertinente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

18.9 Zelar pela confidencialidade das informações médicas e pessoais envolvidas nos processos, observando a legislação vigente, especialmente as normas relativas à proteção de dados e sigilo profissional.

19.0. DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 111, da Lei 14.133/21, mediante Termo Aditivo e consensual.

20.0. DAS SANÇÕES

20.1 O não-cumprimento das disposições mencionadas neste Edital poderá acarretar o descredenciamento do CREDENCIADO, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, especialmente o disposto nos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

20.2 Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitas as requerentes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

20.3 Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução do credenciamento ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

21.0. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE

20.1 Os credenciados contratados deverão executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

20.2 A contratante poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados contratados, que serão dela informados.

20.3 Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 3 (três) dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

20.4 O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na restrição ou alteração do pagamento do serviço realizado, assim como na rescisão do contrato e aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.

20.5 A qualquer tempo o CREDENCIANTE, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, higiene e capacidade técnico-operativa.

22.0. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1 A gestão da contratação caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas, e a fiscalização da correta execução do objeto do presente credenciamento será exercida a qualquer momento, no que couber, pelo Municípios integrantes, por servidor ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas.

21.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelos Municípios em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

21.3 À fiscalização de que trata este item competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, nos termos do Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, para atuarem como fiscal técnico e gestor do contrato, assim como seus respectivos substitutos.

23.0. DAS CONDIÇÕES PACTUAIS

23.1 Qualquer tolerância por parte da Prefeitura Municipal de JUAZEIRINHO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura Municipal de JUAZEIRINHO, exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

23.2 A contratação, objeto deste procedimento, não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Prefeitura Municipal de JUAZEIRINHO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

23.3 A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, a Prefeitura, seu patrimônio, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se a Prefeitura Municipal de JUAZEIRINHO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

23.4 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da Prefeitura, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da Secretaria, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

23.5 A contratação será formalizada mediante assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei n. 14.133/2021.

24.0. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

24.1 Uma vez homologado o resultado do credenciamento, a contratada será convocada para assinatura do termo de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

24.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

24.3 O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

24.4 Após a assinatura do contrato e sua publicação, a CONTRATADA receberá a ordem de execução, a ser dado por ato do CONTRATANTE, para iniciar a execução do serviço.

25.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

25.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

25.3 A Prefeitura Municipal de JUAZEIRINHO poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

25.4 As alterações de endereço, telefone ou e-mail, deverão ser comunicadas ao Agente de Contratação, situada na Rua Carlos Alberto Fernandes Cordeiro, 55, Centro, JUAZEIRINHO - PB, bem como, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, ou através do email: licitacaojuazeirinho2022@gmail.com

25.5 As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste edital, bem como quaisquer outras informações, deverão ser solicitadas ao Agente de Contratação, no endereço acima descrito.

25.7 As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas neste regulamento, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas.

25.8 Fica eleito o Foro da Comarca de JUAZEIRINHO - PB, para dirimir as questões decorrentes do presente Edital, inclusive quanto à execução do contrato que vier a ser celebrado.

26.0. DOS ANEXOS DESTE EDITAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II - MODELO DE CARTA PROPOSTA.
ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÃO.
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO.

Juazeirinho-PB, 31 de março de 2026.

ASSINADO NA VIA ORIGINAL

MARDEN MATIAS MARACAJÁ

Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

O termo de referência é o documento produzido na fase de planejamento de contratações de bens e serviços, a fim de especificar o objeto escolhido para o atendimento da necessidade da Administração. Aplica-se inclusive no caso de contratações diretas. Esse documento deve ser fundamentado em estudo técnico preliminar que tenha concluído pela viabilidade da contratação.

O Termo de Referência é um documento que estabelece as diretrizes, requisitos e especificações técnicas necessárias para a contratação de serviços ou aquisição de produtos. Ele serve como um guia para os fornecedores interessados em participar de um processo licitatório, garantindo que todos estejam cientes das exigências e condições estabelecidas pelo órgão contratante. O Termo de Referência é de extrema importância para garantir a transparência, legalidade e eficiência nos processos de contratação pública. Ele ajuda a evitar possíveis irregularidades, assegurando que a escolha do fornecedor seja feita de forma justa e imparcial, com base em critérios objetivos e previamente estabelecidos.

Um Termo de Referência bem elaborado deve conter informações claras e precisas sobre o objeto da contratação, os critérios de seleção, as condições de pagamento, os prazos e as penalidades em caso de descumprimento. Além disso, é importante incluir uma descrição detalhada dos serviços ou produtos a serem fornecidos, de forma a evitar interpretações equivocadas.

1.0. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a seguinte pretensão contratual:
- CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA E AVALIAÇÃO MÉDICA DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

2.0. ESPECIFICIDADE DO OBJETO

- 2.1. As características do objeto são da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PERÍCIA E AVALIAÇÃO MÉDICA. Avaliação médica de atestados e realização de perícias médicas individuais ou através de junta médica Revisão de processos de aposentadoria por invalidez	UND	612	60,02	36.732,24

2.2. A prestação do serviço, ora em tela solicitado desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O contrato terá sua vigência contratual determinada, **12 MESES**, admite prorrogação nas condições e hipótese previstas na Lei 14.133/21, nos termos dos arts. 105 a 107.

2.4. O contrato oferece maior detalhamento sobre as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.0. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo suprir a necessidade da Administração Municipal quanto à realização de serviços especializados de perícia e avaliação médica, essenciais para a adequada instrução de processos administrativos relacionados à saúde ocupacional dos servidores e demais demandas institucionais.

A realização de perícias médicas é fundamental para subsidiar decisões administrativas envolvendo concessão de licenças médicas, readaptação funcional, aposentadoria por invalidez, avaliação de capacidade laborativa, retorno ao trabalho e outros procedimentos correlatos. Tais avaliações exigem profissionais qualificados, com conhecimento técnico específico e imparcialidade, garantindo segurança jurídica, transparência e confiabilidade nos laudos emitidos.

Considerando que a Administração Municipal, não dispõe de quadro técnico especializado para atender à demanda crescente e contínua de avaliações periciais, torna-se necessária a contratação de uma empresa que possua equipe habilitada e estrutura adequada para a realização desses serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

Além disso, a contratação contribuirá para maior celeridade na análise dos processos administrativos, evitando atrasos na concessão de direitos aos servidores, reduzindo riscos de inconsistências técnicas e fortalecendo a gestão de recursos humanos no âmbito municipal.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de perícia e avaliação médica mostra-se indispensável para garantir eficiência administrativa, regularidade dos procedimentos e suporte técnico qualificado, atendendo adequadamente às demandas da Administração Municipal e assegurando o correto atendimento às normas legais vigentes.

JUSTIFICATIVA EXTRAÍDA DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

4.0 DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente seu art. 74 c/c 79 incisos II transcrito a seguir:

“Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

(...)

II - Com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação”.

5.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de perícia e avaliação médica, destinada à realização de exames periciais e avaliações técnicas por profissionais médicos devidamente habilitados, com o objetivo de subsidiar decisões administrativas relacionadas à análise de condições de saúde, capacidade laborativa, afastamentos, concessão de benefícios, readaptações funcionais e demais situações que demandem parecer médico especializado. A empresa contratada deverá possuir para atender às demandas da contratante, disponibilizando profissionais com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) e experiência comprovada na realização de perícias médicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução inicia-se com a fase de planejamento e mobilização, momento em que a empresa contratada deverá organizar sua equipe técnica para atender às demandas da contratante, incluindo mecanismos de agendamento, atendimento e gestão das solicitações de perícia. Em seguida, ocorre a etapa de solicitação e agendamento das avaliações médicas, na qual a contratante encaminhará as demandas contendo as informações necessárias para a realização do procedimento pericial. A empresa contratada deverá proceder à organização dos atendimentos, garantindo a realização das avaliações dentro dos prazos previamente estabelecidos.

Na etapa seguinte será realizada a avaliação médica propriamente dita, que poderá incluir análise de documentos e históricos médicos apresentados, entrevista clínica com o avaliado, exame físico quando necessário e, se pertinente, análise ou solicitação de exames complementares que auxiliem na formação do juízo técnico. Todo o procedimento deverá observar os princípios da ética médica, imparcialidade, sigilo profissional e fundamentação técnica adequada.

Após a realização da avaliação, o profissional responsável deverá emitir laudo médico pericial contendo análise técnica detalhada, fundamentação baseada em critérios médicos e conclusão objetiva acerca da condição avaliada. Os laudos deverão ser formalizados e encaminhados à contratante dentro dos prazos estabelecidos, devidamente assinados por médico habilitado e contendo informações claras e suficientes para subsidiar as decisões administrativas da instituição.

Durante a vigência contratual, a empresa contratada deverá realizar o acompanhamento e a gestão dos serviços prestados, mantendo controle dos atendimentos realizados, organização das informações e disponibilização de relatórios que permitam à contratante acompanhar a execução dos serviços, avaliar a qualidade técnica das perícias realizadas e verificar o cumprimento dos prazos estabelecidos. Ao final do contrato, será realizada avaliação da execução dos serviços prestados, considerando aspectos como eficiência, qualidade dos laudos emitidos, atendimento às demandas institucionais e cumprimento das obrigações contratuais.

6.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação tem por objeto o credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de perícia e avaliação médica, destinados a atender às demandas da Administração Municipal, devendo a empresa interessada atender aos seguintes requisitos mínimos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

- A **contratada** deverá comprovar sua regular constituição jurídica, bem como apresentar toda a documentação exigida pela legislação vigente relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme normas aplicáveis às contratações públicas.
- A **contratada** deverá comprovar experiência na prestação de serviços de perícia médica e avaliação de capacidade laborativa, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.
- A **contratada** deverá dispor de profissionais médicos devidamente habilitados e registrados no Conselho Regional de Medicina (CRM), com qualificação e experiência comprovada em perícia médica e avaliação clínica ocupacional, aptos a realizar análises de capacidade laborativa, emissão de laudos periciais.
- A **contratada** deverá indicar responsável técnico médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que responderá tecnicamente pelos serviços prestados.
- A **contratada** deverá possuir capacidade de atendimento compatível com a demanda da Administração Municipal, garantindo disponibilidade para realização das perícias e avaliações médicas dentro dos prazos estabelecidos pela gestão municipal.
- Os serviços deverão resultar na emissão de laudos médicos periciais claros, objetivos e devidamente fundamentados, contendo conclusão quanto à aptidão ou incapacidade do avaliado, bem como demais informações necessárias para subsidiar decisões administrativas.
- Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação vigente, normas do Conselho Federal de Medicina e demais regulamentos aplicáveis à realização de perícias e avaliações médicas.
- A **contratada** será responsável pela qualidade técnica dos serviços executados, bem como pela veracidade das informações constantes nos laudos emitidos.
- Os serviços serão prestados nas dependências da Sede da Prefeitura Municipal do Município de Juazeirinho-PB, localizada na Av. Juiz Federal Dr. Genival Matias de Oliveira, 05, Centro, ou por meio remoto, desde que possível e com uso de tecnologia de responsabilidade da contratada, devendo os atendimentos ocorrer conforme cronograma previamente definido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas, com previsão de realização em até **02 (DUAS) DATAS POR MÊS**, nos dias e horários estabelecidos pela Administração, de acordo com a necessidade do serviço e a demanda, de modo a assegurar a adequada organização dos fluxos assistenciais, a preparação da unidade e a regular execução dos atendimentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

7.0. MODELO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL: INÍCIO DA EXECUÇÃO, LOCAL

7.1. CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO:

7.1.1. INÍCIO DA EXECUÇÃO: Após a contratada ter conhecimento/notificada da ordem de fornecimento ou da ordem de serviço, terá o prazo máximo de **10 (DEZ) DIAS**, para realização dos serviços;

Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a prestação dos serviços será na sede do Contratante, ou seja, na sede da Prefeitura Municipal de Juazeirinho.

VIGÊNCIA INICIAL DO CONTRATO

O prazo do contrato será de **12 (DOZE) MESES**, podendo ser prorrogado conforme a Lei Federal Nº 14.133/2021.

8.0. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

8.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

8.7 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

8.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

8.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

8.9.1. Cabe ao fiscal, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente aos projetos e suas especificações. Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

8.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. Caberá ainda o fiscal designado tomar todas as providências necessárias ao imediato acionamento do representante da firma CONTRATADA, logo que constatada qualquer irregularidade por parte da mesma, a fim de solucionar os problemas detectados.

8.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.16. Em hipótese alguma poderá a FISCALIZAÇÃO, ainda que diante de justificativas plausíveis, acordarem com a CONTRATADA a dilatação de prazos previstos na proposta inicialmente apresentada, sem prévia concordância do Ordenador de Despesas, haja vista que tal atitude acarretaria alteração nos termos contratuais pactuados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

GESTOR DO CONTRATO

8.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

8.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.0. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistência na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidando, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

9.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.8 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibido de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência do contratado, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.0 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

10.1 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis a contar após o quinto dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes das diárias que no caso vai corresponder a cada dia letivo, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

10.2. A Nota Fiscal, deverá ser encaminhada ao setor contábil-financeiro no E-mail: juazeirinhonotas@gmail.com, acompanhado das certidões de regularidades fiscais e trabalhistas.

10.3 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do aceite da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente da CONTRATADA.

10.4. O pagamento se dará em moeda nacional corrente através de transferência bancária, Pix e excepcionalmente na modalidade cheque caso a **CONTRATADA** não possua dados bancários.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6. A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à contratada para eventual correção.

10.7 A CONTRATANTE não fica obrigada a adquirir nos serviços na sua totalidade das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente prestado.

10.8 A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações: número da NF, série da NF, descrição do produto, unidade do produto, quantidade do produto, valor unitário do produto, valor total do produto, valor de imposto, dados adicionais ao qual sejam precisos.

10.0 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento auxiliar de contratação CREDENCIAMENTO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento **POR ITEM**.

10.2 A plataforma a ser utilizada por este público é o do portal <https://licitanet.com.br>.

10.3 A seleção se dará na modalidade de disputa: **ABERTA**.

10.4 Poderão participar as empresas jurídicas que exerçam as atividades compatíveis com o objeto proposto, sediadas ou não no município, aqui prevalece o princípio da competitividade e ampla divulgação do processo licitatório.

FORMA DE FORNECIMENTO

10.5 O fornecimento do objeto será parcelado.

DA EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

HABILITAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

- Requisitos de habilitação está bem trabalhado no edital de credenciamento.

11.0 DESTINAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

11.1. A destinação do objeto contratual referente à de empresa especializada na prestação de serviços de perícia e avaliação médica no município de Juazeirinho-PB visa garantir adequada instrução de processos administrativos relacionados à saúde ocupacional dos servidores e demais demandas institucionais. A realização de perícias médicas é fundamental para subsidiar decisões administrativas envolvendo concessão de licenças médicas, readaptação funcional, aposentadoria por invalidez, avaliação de capacidade laborativa, retorno ao trabalho e outros procedimentos correlatos. Tais avaliações exigem profissionais qualificados, com conhecimento técnico específico e imparcialidade, garantindo segurança jurídica, transparência e confiabilidade nos laudos emitidos. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de perícia e avaliação médica mostra-se indispensável para garantir eficiência administrativa, regularidade dos procedimentos e suporte técnico qualificado, atendendo adequadamente às demandas da Administração Municipal e assegurando o correto atendimento às normas legais vigentes.

12.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

12.1. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, disponibilizando informações, documentos e acesso aos processos administrativos que demandem perícia e avaliação médica;

12.2. Indicar servidor ou setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

12.3. Encaminhar à Contratada, de forma organizada e com antecedência razoável, as demandas de perícia e avaliação médica, contendo as informações necessárias para a realização dos serviços;

12.4. Disponibilizar o local adequado para a realização das avaliações e perícias médicas, ou informar previamente o local onde deverão ser realizadas;

12.5. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidade verificada na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências necessárias à sua correção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

12.6. Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços efetivamente prestados, nos prazos e condições estabelecidos no contrato;

12.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.7. Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela Contratada e que sejam necessários à execução dos serviços;

12.8. Aplicar, quando cabíveis, as penalidades previstas no contrato e na legislação pertinente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

12.9 Zelar pela confidencialidade das informações médicas e pessoais envolvidas nos processos, observando a legislação vigente, especialmente as normas relativas à proteção de dados e sigilo profissional.

13.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

13.1. Executar os serviços de perícia e avaliação médica de forma contínua, eficiente e em estrita observância às normas técnicas, éticas e legais aplicáveis à atividade médica.

13.2. Disponibilizar profissionais médicos devidamente habilitados, registrados no Conselho Regional de Medicina – CRM, com qualificação compatível com a natureza dos serviços prestados.

13.3. Realizar perícias médicas, avaliações clínicas e emissão de laudos, pareceres e relatórios médicos sempre que solicitados pela Administração Municipal, dentro dos prazos estabelecidos.

13.4. Garantir a imparcialidade, sigilo e confidencialidade das informações médicas e pessoais obtidas no exercício das atividades periciais, observando a legislação vigente, inclusive as normas de proteção de dados e ética médica.

13.5. Elaborar e entregar laudos periciais claros, objetivos e fundamentados tecnicamente, contendo conclusão quanto à aptidão ou incapacidade laboral, quando aplicável.

13.6. Atender às demandas encaminhadas pela Administração Municipal, observando a agenda, prazos e quantitativos definidos pelo órgão contratante.

13.7. Manter equipe técnica suficiente para garantir a regular execução dos serviços, substituindo imediatamente qualquer profissional que venha a ser considerado inadequado pela Administração.

13.8. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

13.9. Comunicar imediatamente à Administração Municipal qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

13.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

13.11. Disponibilizar, quando solicitado, relatórios periódicos das atividades realizadas, contendo número de perícias efetuadas, tipos de avaliação e demais informações pertinentes à gestão do contrato.

13.12. Cumprir todas as determinações da Administração Municipal, relativas à execução do objeto contratual.

14.0. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **ADVERTÊNCIA**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II - **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III - **MULTA**:

- a) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

14.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

14.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 156, da Lei 14.133, de 2021).

14.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (TRINTA) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

14. 6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - A natureza e a gravidade da infração cometida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.0. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

VALOR: R\$ 36.732,24

O impacto orçamentário estimativo preliminar previsto para a contratação é de **R\$ 36.732,24 (TRINTA E SEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)**. Na formação do estimativo do preço de referência dos serviços foram realizadas pesquisas com CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ao total a cotação possui 612 unidades, sob o número do orçamento Nº: 2026.01.19-0004.

16.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser licitados: **02.180 SECRETARIA MUNIC. DE PLANJ. ADMNISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS - 04 122 0002 2162 ATIVIDADES DA SEC. MUNIC. DE PLANEJ. ADM. E DE GESTÃO DE PESSOAS - 3390.39 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.**

16.0. ANÁLISE DE RISCOS

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO	AÇÃO/MEDIDA DE TRATAMENTO
Contratação de empresa sem qualificação técnica adequada	Média	Alto	Perícias incorretas, decisões administrativas equivocadas e possível responsabilização do contratante	Exigir comprovação de qualificação técnica, registro em conselho profissional e experiência comprovada em edital/contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

Atraso na realização das perícias médicas	Média	Alto	Acúmulo de processos, atraso em decisões administrativas e prejuízo aos usuários	Estabelecer prazos contratuais claros, e penalidades por atraso
Emissão de laudos inconsistentes ou incompletos	Média	Alto	Questionamentos judiciais, necessidade de refazer perícias e aumento de custos	Definir padrão mínimo para elaboração de laudos, auditoria técnica e revisão periódica
Conflito de interesses dos peritos	Baixa	Alto	Perda de credibilidade das avaliações e possível nulidade das perícias	Exigir declaração de inexistência de conflito de interesses e adotar regras de impedimento
Vazamento ou uso indevido de dados médicos	Baixa	Muito Alto	Violação de sigilo médico, responsabilização legal e danos à imagem institucional	Exigir cumprimento da Lei de Proteção de Dados Pessoais LGPD, cláusulas de confidencialidade e controles de segurança da informação
Falta de disponibilidade de profissionais para atender a demanda	Média	Médio	Aumento da fila de perícias e demora na conclusão de processos	Exigir equipe mínima e plano de substituição de profissionais
Judicialização de resultados de perícia	Média	Alto	Custos adicionais, atrasos processuais e desgaste institucional	Padronizar procedimentos periciais e garantir fundamentação técnica robusta
Descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa	Baixa	Alto	Interrupção do serviço e necessidade de nova contratação emergencial	Prever cláusulas de penalidade, fiscalização contratual ativa e indicadores de desempenho
Rotatividade elevada de peritos	Média	Médio	Perda de padronização e queda na qualidade das avaliações	Exigir equipe estável, qualificação mínima e comunicação prévia de substituições



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

Falhas na fiscalização do contrato	Baixa	Alto	Serviços prestados sem controle de qualidade ou conformidade	Designar fiscal do contrato, realizar relatórios periódicos e auditorias
------------------------------------	-------	------	--	--

17.0. VIABILIDADE E RESPONSÁVEIS

17.1. A viabilidade da presente contratação para a prestação de serviços de perícia e avaliação médica no Município de Juazeirinho-PB. A execução dos serviços ocorrerá nas dependências da Prefeitura Municipal, local que dispõe de estrutura adequada para realização das perícias, garantindo segurança aos pacientes e condições apropriadas para a atuação da equipe especializada.

17.2. A contratação permitirá para subsidiar decisões administrativas envolvendo concessão de licenças médicas, readaptação funcional, aposentadoria por invalidez, avaliação de capacidade laborativa, retorno ao trabalho e outros procedimentos correlatos. Tais avaliações exigem profissionais qualificados, com conhecimento técnico específico e imparcialidade, garantindo segurança jurídica, transparência e confiabilidade nos laudos emitidos. A medida fortalece a rede municipal de atendimento, otimiza a utilização dos recursos públicos e assegura maior eficiência na gestão dos serviços administrativos.

17.3. Os levantamentos realizados evidenciam a viabilidade operacional e financeira da solução proposta, demonstrando compatibilidade com o planejamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas e atendimento direto ao interesse público, justificando o regular prosseguimento do processo licitatório.

Juazeirinho-PB, 11 de Março de 2026

ASSINADO NA VIA ORIGINAL

MARDEN MATIAS MARACAJÁ

Secretário de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

ANEXO II – MODELO DA CARTA-PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO

A

Prefeitura Municipal de Juazeirinho
Setor Permanente de Contratação Juazeirinho-PB

REFERÊNCIA: CREDENCIAMENTO Nº 00002/2026

Nome/Razão Social: _____ CNPJ: _____
Telefone: _____
Endereço: _____ Cidade: _____
E-mail: _____
Representante Legal: _____

O proponente acima identificado vem requerer ao Prefeitura Municipal de Juazeirinho-PB, o credenciamento, neste ato, total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 00002/2026, inclusive com os valores e instruções gerais constantes na Tabela de Referência.

Diante das informações acima informadas desejo participar apenas das especialidades conforme dados abaixo:

() - Todos os serviços constantes dos Lotes 1, do anexo I do Termo de Referência.

Observação: As empresas interessadas devem apresentar proposta apenas para os lotes em que possuem capacidade técnica para realizar TODOS os exames incluídos no respectivo lote. Propostas parciais (que não atendam a 100% dos itens do lote) implicará na desclassificação da proposta para aquele lote.

Local e data
Atenciosamente,

Nome do representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

Ao

Prefeitura Municipal de Juazeirinho
Setor Permanente de Contratação Juazeirinho-PB

REFERÊNCIA: CREDENCIAMENTO Nº 10001/2026

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO (A) PROPONENTE), DECLARA para os devidos fins que:

1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

2. Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do envio das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021;

3 Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal;

4 Não está cumprindo penalidade por inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ____



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº CR 00002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026

CONTRATO Nº: 012___/2026-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO E
_____, PARA
EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE
INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Juazeirinho– Avenida Juiz Federal Genival Matias de Oliveira, 05 – Centro - Juazeirinho - PB, CNPJ nº 11.277.311/0001-19, neste ato representado pela Prefeita **ANNA VIRGÍNIA DE BRITO MATIAS**, Brasileira, Casada, Prefeita, residente e domiciliada na Praça Presidente João Pessoa, 05 - Prédio - Centro - Juazeirinho - PB, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, Carteira de Identidade nº X.XXX.XXX SSP/PB, doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado, residente e domiciliado na, Centro -, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, Carteira de Identidade nº XXXXXX XXX/XX, doravante simplesmente **CONTRATADO**, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA E AVALIAÇÃO MÉDICA DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do Credenciamento nº. 00002/2026, juntamente com seus anexos e a proposta da Credenciada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

2.1 Fundamenta-se este contrato no Edital de Credenciamento no 00002/2026, e na Lei no 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O presente contrato tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, com pagamento mensal, nos termos do Edital de regência.

3.2. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 Prazo de vigência da contratação é _____ de contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133, de 2021.

4.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, mediante Termo Aditivo e consensual.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1 O valor total da contratação e de R\$ (), conforme descrição abaixo.

Item	Descrição	Und	Quant	V. Unitário	V. Total
Total: R\$..... ()					

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

7.1 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis a contar após o quinto dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes das diárias que no caso vai corresponder a cada dia letivo, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.

7.2. A Nota Fiscal, deverá ser encaminhada ao setor contábil-financeiro no E-mail: juazeirinhonotas@gmail.com, acompanhado das certidões de regularidades fiscais e trabalhistas;

7.3 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do aceite da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

7.4. O pagamento se dará em moeda nacional corrente através de transferência bancária, Pix e excepcionalmente na modalidade cheque caso a **CONTRATADA** não possua dados bancários;

7.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.6. A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à contratada para eventual correção.

7.7 A CONTRATANTE não fica obrigada a adquirir nos serviços na sua totalidade das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente prestado.

7.8 A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações: número da NF, série da NF, descrição do produto, unidade do produto, quantidade do produto, valor unitário do produto, valor total do produto, valor de imposto, dados adicionais ao qual sejam precisos

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1 Em caso de prorrogação do contrato, para a primeira aplicação do índice de reajuste, considerar-se-á como marco inicial para a contagem do prazo de 12 (doze) meses a data da proposta que subsidiou o valor do contrato. Para as demais aplicações, a data de referência será a data do último reajuste.

8.2 Na ausência do índice IPCA então havendo previsão legal quanto ao seu substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8.3 Os reajustes serão precedidos de solicitação expressa pela CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica/ memória de cálculo, que comprove a variação dos custos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

8.4 Quando da solicitação, para fazer jus deste reajuste, somente poderá ser concedido mediante autorização por parte da CONTRATANTE, formalizado por meio de termo aditivo ou apostilamento.

8.5 Os reajustes a que a CONTRATADA, não solicitar durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato

CLÁUSULA NOVA – DAS RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, disponibilizando informações, documentos e acesso aos processos administrativos que demandem perícia e avaliação médica;

9.2. Indicar servidor ou setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

9.3. Encaminhar à Contratada, de forma organizada e com antecedência razoável, as demandas de perícia e avaliação médica, contendo as informações necessárias para a realização dos serviços;

9.4. Disponibilizar o local adequado para a realização das avaliações e perícias médicas, ou informar previamente o local onde deverão ser realizadas;

9.5. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidade verificada na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências necessárias à sua correção;

9.6. Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços efetivamente prestados, nos prazos e condições estabelecidos no contrato;

9.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.8. Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela Contratada e que sejam necessários à execução dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

9.9. Aplicar, quando cabíveis, as penalidades previstas no contrato e na legislação pertinente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

9.10 Zelar pela confidencialidade das informações médicas e pessoais envolvidas nos processos, observando a legislação vigente, especialmente as normas relativas à proteção de dados e sigilo profissional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Executar os serviços de perícia e avaliação médica de forma contínua, eficiente e em estrita observância às normas técnicas, éticas e legais aplicáveis à atividade médica.

10.2. Disponibilizar profissionais médicos devidamente habilitados, registrados no Conselho Regional de Medicina – CRM, com qualificação compatível com a natureza dos serviços prestados.

10.3. Realizar perícias médicas, avaliações clínicas e emissão de laudos, pareceres e relatórios médicos sempre que solicitados pela Administração Municipal, dentro dos prazos estabelecidos.

10.4. Garantir a imparcialidade, sigilo e confidencialidade das informações médicas e pessoais obtidas no exercício das atividades periciais, observando a legislação vigente, inclusive as normas de proteção de dados e ética médica.

10.5. Elaborar e entregar laudos periciais claros, objetivos e fundamentados tecnicamente, contendo conclusão quanto à aptidão ou incapacidade laboral, quando aplicável.

10.6. Atender às demandas encaminhadas pela Administração Municipal, observando a agenda, prazos e quantitativos definidos pelo órgão contratante.

10.7. Manter equipe técnica suficiente para garantir a regular execução dos serviços, substituindo imediatamente qualquer profissional que venha a ser considerado inadequado pela Administração.

10.8. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

10.9. Comunicar imediatamente à Administração Municipal qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

10.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

10.11. Disponibilizar, quando solicitado, relatórios periódicos das atividades realizadas, contendo número de perícias efetuadas, tipos de avaliação e demais informações pertinentes à gestão do contrato.

10.12. Cumprir todas as determinações da Administração Municipal relativas à execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. E vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firma dos ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, e dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. E dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados a autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c - Der causa à inexecução total do contrato;
- d - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - **ADVERTÊNCIA**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

II - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III - MULTA:

a) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 156, da Lei 14.133, de 2021).

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (TRINTA) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12. 6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

A - A natureza e a gravidade da infração cometida;

B - A natureza e a gravidade da infração cometida;

C - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

D - Os danos que dela provierem para o Contratante;

E - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que devera a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficara ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejara a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

13.8 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.9 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.11 Indenizações e multas.

13.12 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício abaixo indicadas:

02.180 SECRETARIA MUNIC. DE PLANJ. ADMINISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS - 04 122 0002 2162 ATIVIDADES DA SEC. MUNIC. DE PLANEJ. ADM. E DE GESTÃO DE PESSOAS - 3390.39 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

O Setor de Contratação nomeada, através da Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026 – SDC – SETOR DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento nº 00002/2026

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro de JUAZEIRINHO - PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Nº 14.133/21

18.2 E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Juazeirinho, xx, xxxxxxxx, 20xx.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

ANNA VIRGINIA DE BRITO MATIAS
Prefeita Constitucional
CPF: xxx.xxx.xxx-xx

PELO CONTRATADO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratado
CPF: xxx.xxx.xxx-xx